

AS METAMORFOSES DO SISTEMA EDUCACIONAL E AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS EXIGIDAS PELO MERCADO DE TRABALHO

Neyde Lopes de Souza

Doutora em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO - Este texto é produto de uma reflexão referente às transformações provocadas pelo desenvolvimento da cultura digital e suas inter-relações com a economia e a educação, causando severas mudanças no processo de ensino e aprendizagem e nas competências dos educadores e dos profissionais, de modo geral.

Palavras-chave: Cultura digital. Processo ensino/aprendizagem. Competências. Pilastras para a formação humana integral.

INTRODUÇÃO

Embora, na última década, o sistema educacional brasileiro tenha sofrido várias mudanças provocadas pelos mais diferentes fatores, ainda assim ele apresenta aspectos obsoletos que necessitam de transformações urgentes.

Um dos principais fatores que vem forçando a busca de novas maneiras de desenvolver as aulas para levar os alunos a se sentirem parte integrante e ativa do processo de ensino/aprendizagem, é o desinteresse de uma grande parte deles, aliado ao uso das tecnologias que, por estarem incorporadas a tantos quesitos da vida, não poderiam ficar de fora das salas de aula.

Esta razão justifica-se pelo fato de que os aparatos tecnológicos de comunicação, predominantes na cultura digital da sociedade contemporânea, possibilitam encontrar distrações durante as aulas através de conexões com pessoas amigas ou desconhecidas, bem como buscar informações que atendam a curiosidade estudantil por meio de pesquisas em sites disponíveis na internet. Desse modo, os conhecimentos que antes eram trabalhados de forma expositiva, quase que exclusivamente pelo professor, hoje são encontrados pelos próprios alunos muito além dos muros da escola.

Conseqüentemente, vale ressaltar que o professor precisa deixar de ver o celular como vilão e passar a compreender o quanto ele pode ser proveitoso, se usado como seu aliado.

Se vivemos uma cultura digital, se a grande maioria das pessoas está sempre conectada, então é preciso respeitar esse novo modo de ser com o qual nos confrontamos em todos os lugares da sociedade.

Se a escola faz parte desse todo, é necessário reinventar sua forma de trabalhar, deixando de lado o ranço da escola tradicional e adotar metodologias de ensino/aprendizagem que causem encantamento no estudante, dando-lhe possibilidades de inovar e construir seu próprio conhecimento.

MUDANÇAS EDUCACIONAIS AO LONGO DOS SÉCULOS

Vale lembrar que não se deve rechaçar a importância dos princípios e valores do momento histórico em que vivem e viveram as diferentes gerações para propiciar à sociedade e à elite dominante os recursos que lhe são necessários, demonstrando com isso que toda educação é um processo sociopolítico e econômico, uma vez que a educação se relaciona diretamente com a sociedade.

Comprovando essa relação é possível destacar como exemplo que, nas décadas de 1960 e 1970, a prática educacional no Brasil foi marcada pelo desenvolvimento do ensino técnico e profissionalizante, deixando de despertar uma consciência crítica nos educandos e preparando-os com vista a atender, quase que exclusivamente, as necessidades solicitadas pelo mercado de trabalho.

Para tanto, as concepções de valores articulados aos interesses das diferentes classes e grupos sociais, foram reduzidas a mero fator de produção e definidas como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

Embora sem abandonar o conteúdo mínimo de conhecimento baseado na racionalidade, era fundamental que a escola atribuísse maior importância para o desenvolvimento das habilidades profissionais, a fim de que os indivíduos, como trabalhadores, pudessem lutar por sua autonomia e emancipação.

Indiscutivelmente, quando se pensa no alto índice de pobreza, característico da sociedade brasileira, esse objetivo educacional passa a ser considerado um valor altamente significativo.

Outrossim, vale lembrar que no período supracitado, a industrialização brasileira se encontrava em grande expansão, oferecendo ao trabalhador com qualificação técnica maior possibilidade de emprego e de melhores salários.

Nesse contexto, o fato de frequentar uma escola e adquirir conhecimento fazia com que a educação fosse interpretada como importante ferramenta de alavancagem financeira e social, transformando-se, portanto, em um elevador ascensional, decorrendo daí o valor da obtenção de um certificado de conclusão de curso.

Por outro lado, no que se refere às orientações didático/pedagógicas, encontrávamos nesse período a matriz curricular caracterizada por um conjunto de conteúdos necessários ao trabalho, controlado e dirigido pelo professor, além de metas voltadas para o tecnicismo profissional.

Desse modo, as aulas expositivas consistiam no repasse de textos e exercícios apostilados, baseados na mecanização da aprendizagem e preparação para responder testes.

Não se tratava, portanto, de uma escola voltada para ensinar conhecimentos significativos ou ajudar a compreender e analisar a realidade, visto que, mais uma vez, atendendo as necessidades do mercado de trabalho, a educação da década de 80 estava marcada por projetos voltados para a formação de profissionais, objetivando criar e operar tecnologias sofisticadas.

Assim, favorecido pelo movimento em prol da redemocratização do país, Paulo Freire, cujos ideais se encontravam excluídos de qualquer discussão acadêmica, ressurgiu, exacerbando os ânimos de intelectuais e estudantes.

Como educador, o ideário freireano, bastante atual para os dias de hoje, valoriza as práticas socioculturais vividas no entorno social, bem como o contexto histórico e cultural dos alunos, a fim de que seja possível alcançar uma educação libertadora e emancipadora.

Entretanto, a educação encontrava-se totalmente divergente de seus ideais, visto que estava voltada para a formação da “consciência bancária”. Tal fato levou Paulo Freire a tecer severas críticas à educação brasileira.

As reformas durante os primeiros anos da década de 90 culminaram na aprovação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB) em substituição à LDBEN de 1964 e com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Tais legislações entraram em vigor em consonância com a conjuntura socioeconômica e o caráter neoliberal assumido pelo Estado, visto que as mudanças propostas por educadores socialistas não foram aceitas pelo governo FHC, pois não atendiam as necessidades econômicas de sua política de descentralização da nação.

A nova LDB aludia à formulação do Plano Nacional da Educação que foi concretizado no ano de 2001, dando maior valorização ao ensino profissionalizante, gestão democrática, inclusão da educação a distância entre outros.

SÉCULO XXI E A GRANDE METAMORFOSE

Durante os anos 90, quando se delineou o marco divisório na evolução do capitalismo, surgiu o novo paradigma tecnológico responsável pela inauguração da Era da Tecnologia da Informação.

Nesse contexto histórico no qual se acirram as desigualdades sociais, as exigências do mercado global de trabalho, aparentemente unificado, privilegiam apenas uma pequena parte da mão de obra, fração esta constituída por profissionais que formam o capital intelectual das empresas. Embora não seja possível negar uma interdependência global da força de trabalho, na verdade somente os melhores talentos são integrados às redes globais, pois esses são importantes para os altos comandos da economia informacional. (CASTELLS, 2000).

Entretanto, se por um lado a aplicação de tecnologias cada vez mais sofisticadas impede, sutilmente, que a criatividade humana da maioria das pessoas possa se manifestar, por outro, na medida em que se ampliam as

necessidades da sociedade industrial e que os novos desejos inculcados nos indivíduos se tornam inesgotáveis, as possibilidades de exploração da capacidade para o trabalho aumentam.

Assim, no interior desse novo modelo produtivo encontramos a exigência de outras qualificações, onde o trabalhador deve desenvolver sua capacidade de pensar e decidir, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade, isto é, ser, simultaneamente, operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro. (HIRATA, 2000).

Surge daí o conceito de competência, proposto em 1996 por Scott B. Parry em seu livro *“The quest for competencies”* e retomado por DURAND (1998). Esse conceito, voltado para as organizações empresariais, está baseado em três dimensões: conhecimentos, habilidades e atitudes, necessárias à consecução de determinado propósito. A letra inicial de cada um desses pontos forma o que muitos chamam de o *CHA* da competência que também passou a ser usado no campo educacional.

As tecnologias da comunicação e da informação além de provocarem sérias transformações no mundo empresarial, também comprometeram o processo educacional, exigindo profundas mudanças especialmente nas metodologias de ensino e aprendizagem.

Assim tivemos a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) em seu CAPÍTULO III, DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS SUPERIORES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE, que trata do conhecimento, habilidades, valores e atitudes. Sem dúvida, tais expressões coincidem com aquela utilizada pelos estudiosos voltados para o mercado de trabalho, característico da era da globalização.

Portanto, nesse aspecto distingue-se a educação, a reboque dos interesses econômicos, como um fator de importância inigualável na condução dos riscos e desafios do futuro, bem como das competências necessárias.

Como elemento orientador para tais mudanças, tivemos em 1996 a

elaboração do Relatório Mundial para a Educação no Século XXI, coordenado por JACQUES DELORS, fixando algumas diretrizes relacionadas com as quatro aprendizagens que devem servir como pilas para a formação humana integral: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver e Aprender a Ser.

Aprender a conhecer requer, além do domínio dos saberes codificados, que o cidadão também saiba lidar com os instrumentos do conhecimento, para que, na medida em que se torne necessário, cada um possa descobrir e compreender o mundo que o rodeia sob os mais diversos aspectos. Isso supõe aprender a aprender, o que exige desenvolver a atenção e a memória.

Aprender a fazer, embora esteja associada a aprender a conhecer, está mais intrinsecamente relacionada à formação profissional, principalmente quando as tarefas deixam de ser puramente repetitivas e passam a exigir maior capacidade intelectual para o comando das máquinas. É nesse momento que a importância às competências pessoais torna obsoleta a noção de qualificação profissional.

Aprender a viver significa aprender a viver juntos e com os outros. É preciso que as pessoas aprendam a respeitar as semelhanças e as diversidades da espécie humana, valorizando sua interdependência na vida em sociedade. No mundo corporativo tornou-se necessário saber formar e participar de times e não apenas de equipes. Nas equipes os objetivos individuais são mais fortes que os coletivos. Nos times os objetivos individuais se confundem com os objetivos coletivos. Assim, quando o trabalho é feito em conjunto, os conflitos intergrupais tendem a se reduzir, e na medida em que se dá maior importância ao que é comum, o moral do time cresce, podendo a organização ganhar vantagem competitiva, com isso distinguindo-se no mercado.

Finalmente, para aprender a ser é indispensável que se tenha presente a concepção da educação integral possibilitando a formação desse conjunto de aprendizagens que deve orientar a vida do indivíduo, oferecendo-lhe capacidade de discernimento, autonomia e responsabilidade.

Essas novas diretrizes têm como fundamento as profundas mudanças e as incertezas e perplexidades que o ser humano precisa enfrentar atualmente.

Portanto, a construção de uma política educacional adequada estabeleceu uma nova concepção de educação, deixando de ser puramente instrumental para ser considerada em toda sua plenitude, redefinindo valores e comportamentos sociais, tanto de mestres quanto de discípulos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar as metamorfoses da cultura provocadas pelo avanço científico, especialmente, pelas tecnologias de informação e comunicação e suas interferências nos diferentes setores da sociedade, neste caso, a educação, é um exercício que oferece ao leitor a possibilidade de compreender a luta que o professor enfrenta nos dias atuais para atender as necessidades e expectativas de seu alunado.

Para tanto, não basta apenas aparelhar a escola com computadores, pois não são apenas os recursos tecnológicos que fazem a diferença. Embora significativos eles não têm o poder de mudar a realidade educacional.

Esse novo processo também envolve qualificação pessoal e profissional, não podendo ser compreendido como algo que se restringe a um tipo específico de conhecimento ou de tecnologia, mas abrange um processo de aprendizagem que, como tarefa complexa, exige mudança de mentalidade de todos os envolvidos, causando muitas inquietações principalmente nos professores.

Portanto, essa nova dinâmica da educação trouxe modificações drásticas tanto nos princípios quanto nos processos da ação educativa, envolvendo não apenas a mudança da disposição das carteiras enfileiradas na sala de aula e a aplicação do trabalho em equipe para gerar interatividade entre os alunos, mas tornando imprescindível ao professor ter criatividade e dinamismo, a fim de tornar o ato de estudar mais atrativo, mais participante e mais crítico.

Além dessas exigências relacionadas ao processo educacional, é importante enfatizar que o professor também enfrentou desafios que o obrigaram a mudanças comportamentais. Dentre elas, podemos salientar a necessidade de ser infinitamente mais resiliente, adaptável e flexível, o que significa não apenas estar aberto à mudança, como também se tornar moldável às novas situações.

Essa soma de habilidades profissionais a serem aplicadas na forma de educar constituem parte das competências pedagógicas, visto que, apenas com o uso das tecnologias disponíveis o professor não consegue alcançar um ensino personalizado e ativo proposto pelas atuais metodologias.

Com isso, pode-se perceber que o paradigma informacional invadiu a área educacional, forçando severas transformações nas formas de avaliação e de ensino/aprendizagem.

Assim, o professor que tinha o papel de detentor do saber e responsável pela transmissão do conhecimento, fazendo do aluno um ouvinte passivo, cuja função era memorização e repetição (consciência bancária) passa a desempenhar o papel de mediador e provocador do conhecimento, colocando os estudantes no centro do processo, estimulando seu envolvimento, empenho e engajamento a fim de torná-los protagonistas de seu próprio aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CNE - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – A Sociedade em Rede**, São Paulo, Paz e Terra, 2000, vol.1.

DELORS, J. **Os Quatro Pilares da Educação** - Disponível na Internet www.unesco.org.br (16/08/2003)

HIRATA, H. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência** in: FERRETTI et alli, **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação – um debate multidisciplinar**, Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: APPLE, M. W. - [et al]. GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**. 17^a. ed. – Petrópolis. R.J. Vozes, 2010, p. 20-98.